

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 013 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADA TÚLIO FONTES (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por quinze minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:45 HORAS E REABERTA ÀS 09:05 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Convido o Sr. Deputado Túlio Fontes para assumir a 1ª Secretaria e solicito ao Deputado Eliene que assumam a 2ª Secretaria.

(OS SRS. DEPUTADOS TÚLIO FONTES E ELIENE ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Informo que não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso do Pequeno Expediente para apresentar quatro Indicações:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde a urgente necessidade da inclusão dos servidores da administração da Secretaria Estadual de Saúde nos benefícios estabelecidos pela Lei nº 6.170, de 06/01/93.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requiero à Mesa Diretora, após ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente necessidade da inclusão dos servidores da administração da Secretaria Estadual de Saúde nos benefícios estabelecidos pela Lei nº 6.170, de 06/01/93.

JUSTIFICATIVA

Desde 1993, quando foi aprovada a Lei nº 6.170, que institui o PCCS do SUS, os servidores da esfera administrativa da Secretaria Estadual de Saúde não recebem por produtividade, conforme institui o Artigo 9º da citada Lei e Resoluções nºs 01 e 22 do Conselho Estadual de Saúde, que concedem esse direito a todos os servidores da Secretaria Estadual de Saúde.

O que ocorreu foi um lapso cometido pela equipe do Governo anterior, que não incluiu os cargos relacionados ao âmbito administrativo, o que leva o Sindicato dos Servidores da Secretaria Estadual de Saúde a reivindicar a inclusão destes servidores nos benefícios da lei.

Com base no exposto justifico esta Indicação, aguardando aprovação nesta Casa e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 02 de março de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente do INDEA a urgente necessidade de retirada do Município Paranaíta da “Zona Tampão”, instituída por força da Instrução Normativa nº 009/99 do Ministério da Agricultura.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente do INDEA, mostrando a urgente necessidade de retirada do município de Paranaíta da “Zona Tampão”, instituída por força da Instrução Normativa nº 009/99 do Ministério da Agricultura.

JUSTIFICATIVA

Os pecuaristas do município de Paranaíta estão reivindicando a retirada daquele município da “Zona Tampão”, instituída pela Instrução Normativa nº 009/99 do Ministério da Agricultura, tendo em vista que cem por cento do rebanho do município está vacinado contra a febre aftosa e que ainda não foi registrado nenhum caso da doença.

O Município de Paranaíta tem 80% de sua economia voltada para a pecuária e 100% do movimento pecuário é para outro município - Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação. No entanto, com a instituição da “Zona Tampão”, os pecuaristas paranaitenses passaram a ter que comercializar seus rebanhos com outros municípios que estão incluídos na “Zona Tampão”, e para isso eles têm que passar por um longo caminho, deixando para trás três frigoríficos que estão na Zona Livre, conseqüentemente, aumentando seus gastos.

Ainda é de ressaltar que o Anexo I da Instrução Normativa nº 009/99 do Ministério da Agricultura alega que o município está sendo incluído na “Zona Tampão” por ter acesso terrestre com o Estado do Pará, pelo Posto Paranaíta - MT 320, no entanto isso não é verdade, porque o Posto Paranaíta fica na MT 208, que dá acesso ao município de Alta Floresta, e o único acesso para o Pará leva à margem esquerda do Rio São Benedito, e a sua margem direita está localizada na Reserva Indígena e no EMFA, que possuem aproximadamente quinhentos quilômetros de extensão de mata totalmente desocupada, conforme Parecer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Por essas razões é que promovo esta Indicação, no sentido de que o município de Paranaíta continue como Corredor Sanitário para abate imediato de bovinos em frigorífico localizado na Zona Livre.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 02 de março de 2000.
Deputado ELIENE - PSB

3ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Sr. Superintendente do INCRA-MT a urgente necessidade da destinação de parte da verba do PRONAF para o assentamento da Gleba São Pedro, localizado no Município de Paranaíta.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Superintendente do INCRA-MT, expondo a urgente necessidade da destinação de parte da verba do PRONAF para o assentamento da Gleba São Pedro, localizada no Município de Paranaíta.

JUSTIFICATIVA

Os moradores da Gleba São Pedro solicitam a destinação de parte da verba do PRONAF, a ser liberada este mês às comunidades oriundas de assentamento.

Esta reivindicação se dá pelo fato de que os moradores daquela Gleba não possuem condições financeiras de custear seus gastos referentes à plantação de lavouras, compra de implementos agrícolas e demais necessidades.

Por essas razões é que promovo esta Indicação, no sentido de que seja destinada parte da verba do PRONAF aos moradores do assentamento da Gleba São Pedro, no Município de Paranaíta.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 02 de março de 2000.
Deputado ELIENE - PSB

4º) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da Rede/CEMAT a urgente necessidade da extensão da rede de baixa tensão de aproximadamente 200m no Bairro Sol Nascente, compreendida entre a Rua “O” e Madureira Souza na Avenida dos Trabalhadores.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da Rede/CEMAT, mostrando a urgente necessidade da extensão da rede de baixa tensão de aproximadamente 200m no Bairro Sol Nascente, compreendida entre a Rua “O” e Madureira Souza, na Avenida dos Trabalhadores.

JUSTIFICATIVA

Os moradores do Bairro Sol Nascente solicitam a construção da rede de baixa tensão na altura da Rua “O” até a Rua Madureira Souza, na Av. dos Trabalhadores.

Essa reivindicação se dá pelo fato de que esta rede beneficiará, e muito, diversos mercados e moradores daquela região, diminuindo a distância para que estes busquem energia elétrica para seus lares, consequentemente diminuindo gastos.

Por essas razões é que promovo esta Indicação, aguardando a aprovação e o pronto atendimento pelo órgão competente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 02 de março de 2000.
Deputado ELIENE - PSB

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu vou voltar ao tema da Segurança Pública, em função de uma resposta que recebi do Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública a um Requerimento de Informações por nós assinado, que diz respeito ao montante de réus sentenciados que estão dependendo de transferência. Isso parece um caso singular, mas às vezes nós entendemos os fenômenos sociais e políticos através de casos singulares, que servem de exemplo para nós socializarmos o pensamento, generalizarmos... Aliás, isso é um método que a ciência adota, com os cuidados que são necessários.

No caso desta resposta, ela nos revela, por exemplo, que nós temos 42 réus a serem recambiados de um município para outro, ou melhor, inclusive de um Estado para outro. Qual é a relevância disso? A relevância é que os réus sentenciados estão cumprindo pena em local inadequado e, particularmente, em Comarcas em que não deveriam - principalmente na Comarca da Capital. E se o réu é de um outro Estado, qual é a conseqüência? Todos os ônus da Segurança e dos custeios são da Secretaria de Estado de Segurança e do Estado de Mato Grosso.

Agora, eu estive observando aqui que o Secretário não me informou a razão desse número muito elevado de sentenciados que estão cumprindo pena no local que não deveriam estar. Qual é a conseqüência, Deputado Túlio Fontes? É que onera o Estado, e para desonerar teria que fazer a transferência, e não se faz a transferência, porque não tem recurso. Então, fica um dilema atroz, porque deixa de se gastar R\$10,00 para gastar R\$50,00, porque não tem os R\$10,00. Quer dizer, é o que está acontecendo, sem contar o drama humano, das pessoas e dos familiares deles...

(O SR. PRESIDENTE RIVA FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - ...Então, eu vou me permitir - particularmente, através não só do nosso mandato, mas da Comissão de Direitos Humanos - estabelecer um diálogo com a Defensoria Pública, com a Secretaria, e particularmente com o Sr. Secretário, para que nós possamos resolver essas pendências, porque às vezes esses sentenciados, além de onerarem financeiramente, de não terem respeitados os seus direitos de cumprir pena onde os seus familiares residem, onde são condenados, eles também às vezes podem contribuir para esse tumulto que está havendo nos nossos presídios.

Eu volto a esse assunto, porque a ponta da violência não é só aquela que nós observamos na residência, na rua, no bairro, a ponta da violência também está na responsabilidade do Estado em resguardar o direito de quem está sentenciado. E isto é o que nós não estamos conseguindo, nós, o Estado de Mato Grosso, não estamos conseguindo com esse exemplo dos 42 sentenciados que deveriam ter sido transferidos e que não são...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre Deputado que o seu tempo se encontra esgotado, porém concedo mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço a V. Ex^a.

Eu reclamo e peço aos Srs. Deputados membros da Comissão de Direitos Humanos, que são os Deputados Joaquim Sucena, Túlio Fontes, Gilney Viana, Humberto Bosaipo e Hermínio J. Barreto, que possamos nos reunir para instalar a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, porque - insisto - nós estamos com pendências dessa natureza que são importantes para a segurança da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

população e que nós precisamos resolver, seja a questão das rebeliões do Pascoal Ramos e da Mata Grande, seja da área que hoje se chama “Tampão”, por razão sanitária, mas que é uma área de fronteira, sobre a qual nós temos denúncias de problemas de segurança pública, que queremos investigar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, para apresentar uma Indicação de minha autoria:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Desembargador Wandyr Clait Duarte, a urgente necessidade de criação e instalação de Serviço Notarial na região do Grande CPA, nesta Capital, cujo titular, Tabelião de Notas, deverá submeter-se a concurso público, na forma do Artigo 14 e seguintes, todos da Lei nº 8.935/94.

Nos termos da Resolução nº 18/91 desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Desembargador Wandyr Clait Duarte, expressando a urgente necessidade de criação e instalação de Serviço Notarial na região do Grande CPA, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Necessário se faz a viabilização da criação e instalação do Serviço Notarial no Grande CPA.

A população da região conhecida como Grande CPA gira em torno de aproximadamente cento e cinquenta mil habitantes, sendo certo que toda ela, para obter uma simples certidão de nascimento ou de óbito, tem que se dirigir a um único Tabelionato, Serviço Notarial, que tem sede no centro da cidade, mais precisamente defronte a Praça da Prefeitura, local de grande movimento, acesso difícil e estacionamento quase impossível durante o expediente comercial.

A própria Lei nº 8.935, de 18.11.94, que dispõe sobre os serviços notariais e registrais, estabelece no seu Artigo 4º que:

“Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo Juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos”.

Silencia, como todas as demais legislações pertinentes - Estadual e COJE -, acerca da instalação destes serviços, tabelionato, que não estão adstritos, como é o caso do Registro de Imóveis, à respectiva circunscrição, podendo, portanto, nestes serviços, praticar-se atos, como reconhecimento de firmas, autenticações, nascimentos, óbitos, escrituras, etc., como cediço de outras regiões, até mesmo de outros Estados, sendo certo que a sua instalação exsurge da necessidade de atender-se a um determinado número de habitantes, como tem ocorrido em todos os distritos novos, sempre por ato desse egrégio Tribunal, a pedido das lideranças locais.

Não se pode negar que a população do Grande CPA será enormemente beneficiada com a instalação de um serviço notarial naquela região, a exemplo do que acontece com o Coxipó da Ponte e pelo menos dois bairros da vizinha Várzea Grande, sem qualquer prejuízo ou invasão territorial dos demais serviços em atividade.

Diante disto, incorrendo qualquer impedimento, requer a V. Exª que se digne, ouvidos os demais Pares, a autorizar a instalação de Serviço Notarial na região do Grande CPA, nesta Capital.

Pelas razões expostas, solicitamos aos nobres Pares o acolhimento desta propositura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 02 de março de 2000.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

Portanto, Sr. Presidente, a própria justificativa já deixa bem claro que é um pleito antigo da região do Grande CPA, uma região, como aqui coloquei, com cerca de cento e cinquenta mil habitantes, entre fixos e flutuantes, que necessitam de um cartório para registro de nascimento, escrituras, óbitos, porque, realmente, todos eles, quando têm essa necessidade, correm para o centro da Capital, num local tumultuado, no Cartório Pedro Maciel, causando congestionamento e desconforto a toda aquela população.

Então, como no Coxipó da Ponte, como no Distrito da Guia e em outras regiões, já passa da hora da região do Grande CPA ter o seu serviço notarial. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, no início desta nova Legislatura nós participamos de uma reunião, em que nós chegamos atrasados, de uma Comissão formada pelo PSDB, que só tinha o Deputado Nico Baracat como membro da Oposição. Nessa Comissão, uma Comissão forjada pelo PSDB para justificar a saída, o esvaziamento da TELEMAT aqui de Mato Grosso e a saída da Diretoria da Tele Centro Sul Oeste para Campo Grande... Por que não ficar em Mato Grosso, onde a posição geográfica é melhor que a de Mato Grosso do Sul? Nessa reunião nós entramos, e eu me lembro até hoje que a Diretoria da Tele Centro Sul falou que estava saindo daqui porque o ICMS da telefonia aqui é caríssimo.

Sr. Presidente, naquela reunião ficou decidido que seria marcada uma audiência com o Sr. Governador para se discutir o ICMS da telefonia, e até hoje essa Comissão não marcou a reunião com o Governador do Estado - mais uma vez fica comprovado que essa Comissão estava a serviço do Governo. Segundo o Deputado Carlos Brito, ele já conversou com o Governo.

Eu fui consultar o Deputado Nico Baracat, do PMDB, e ele me confirmou que não foi a nenhuma reunião com o Governador para discutir a questão da redução do ICMS da telefonia, e sequer para discutir a saída da TELEMAT daqui para Mato Grosso do Sul. Mais uma vez, isso comprova que essa Comissão estava a serviço do Governo para abafar justamente as denúncias que a *Folha do Estado* estava fazendo quanto à saída da TELEMAT daqui e quanto às demissões dos trabalhadores. E até hoje, Sr. Presidente, não houve nenhum resultado concreto. Lembro que a imprensa toda esteve lá, lembro que foi feita uma verdadeira coletiva, e nada foi feito. Inclusive, a Deputada Serys Shlessarenko e eu pedimos que fôssemos, também, ao Governador questionar justamente essa questão do ICMS da telefonia.

É uma vergonha, Sr. Presidente. Hoje, para ligar para qualquer serviço, 101, 102, se fala com uma telefonista lá do Mato Grosso do Sul...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Concedo mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Quero dizer também que em Mato Grosso do Sul cobra-se para esse tipo de serviço 12,5%. O ICMS da telefonia é 25%, mas o serviço 102 é 12,5%, e aqui em Mato Grosso continuam os 30%. A Bancada do Governo não deu uma resposta para a sociedade, e nós sequer fomos convidados para essa audiência com o Governador.

Eu quero deixar aqui este alerta e pedir, realmente, que a Assembléia Legislativa tome posição, porque semana que vem o Deputado Zé Carlos do Pátio, depois do Carnaval, lançará uma grande campanha para redução do ICMS sobre energia elétrica e telefonia no Estado todo,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

inclusive com uma grande ação política, como nunca aconteceu nesta Assembléia. No momento exato chamaremos a imprensa e faremos uma coletiva. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Deputado Eliene que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:27 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros de Parlamento:

O Deputado Zé Carlos do Pátio fez uso da palavra e se referiu à Comissão da TELEMAT, e eu quero apenas fazer aqui uma colocação de que os membros da Comissão eram os Deputados Carlão Nascimento, Carlos Brito, Nico Baracat e Moacir Pires, juntamente conosco. E a Comissão foi formada com que intuito? Ouvir a Tele Centro Sul sobre a posição da Tele Centro Sul.

O Deputado Zé Carlos do Pátio assistiu a uma outra reunião, não foi à reunião da Tele Centro Sul, porque tudo que ele colocou aqui são inverdades! Por exemplo, dizer que a Tele Centro Sul teria afirmado que estaria saindo de Cuiabá por causa do ICMS alto não é verdade. Quem assistiu à reunião viu que isso não aconteceu. Segundo, sequer era a Tele Centro Sul que estava saindo de Cuiabá, afinal, ela nunca veio para Cuiabá! O que é diferente. A Tele Centro Sul tem uma diretoria itinerante que atende não o Estado de Mato Grosso do Sul ou o Estado de Mato Grosso, mas atende Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Paraná.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, V. Ex^a me desculpe, mas o Governador não tem participação nenhuma, ele apenas pediu que a Assembléia Legislativa se aprofundasse nas discussões com a Tele Centro Sul, e a Assembléia fez isso. O resultado foi altamente positivo, Deputado Carlão Nascimento! Todos os números apontados pela Tele Centro Sul beneficiam Mato Grosso, desde os investimentos feitos aqui em Mato Grosso, que serão muito superiores aos de Mato Grosso do Sul, até o investimento que será feito aqui na implantação do *telemarketing*, que vai trazer divisas para o Estado. A única coisa que foi para Mato Grosso do Sul, na verdade, foi o serviço gratuito - 101, 102, 103, 104 -, que foi todo centralizado, não só de Mato Grosso, mas de Rondônia, Paraná, Mato Grosso do Sul, e que, é bom dizer, não deixa divisa nenhuma para o Estado, não tem imposto, não tem retorno.

Então, eu gostaria apenas de restabelecer a verdade.

A reunião com o Governador - Deputado Zé Carlos do Pátio, eu gostaria que V. Ex^a prestasse atenção - foi convencionada...

Sr. Presidente, eu gostaria que prestassem atenção: a reunião com o Governador foi convencionada...

Deputado Zé Carlos do Pátio...

Sr. Presidente, eu gostaria que prestassem atenção, para depois ele saber o que eu falei.

Na reunião com o Governador foi dito que nós estávamos fazendo uma reunião com o Presidente da Tele Centro Sul, o Governador já havia se reunido com o Presidente da Tele Centro Sul, e posteriormente a Assembléia Legislativa faria um encontro: Governador, Tele Centro Sul e nós. O Governador foi a Rondonópolis, num ato, junto com o pessoal da Tele Centro Sul... O Governador nos ligou e disse que na conversa foi confirmado tudo aquilo que nós passamos que havia sido conversado na Comissão... A Tele Centro Sul adiantou que era verdade, e que a única coisa pendente é que eles acreditam que o imposto elevado, que eles acreditam que o nosso imposto de 30% poderia ser reconsiderado, porque beneficiaria inclusive o próprio Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

E essa questão... A Assembléia Legislativa já pediu uma audiência - não com o Governador -, e é preciso estabelecer uma data, entre Tele Centro Sul, Governador e Assembléia Legislativa. E eu tenho certeza... Inclusive, nós estamos pensando em não marcar uma reunião, nós vamos marcar algo oficial na Assembléia Legislativa, para que nós possamos trazer aqui de novo o Presidente da Tele Centro Sul, que foi muito solícito, colocou-se à disposição para vir discutir a questão.

Então, eu acredito...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA,. INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. RIVA - ...que foi positiva, rendeu frutos que nós não esperávamos.

Eu agradeço, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero deixar claro para o Deputado Riva, Presidente da Assembléia Legislativa, que eu coloquei aqui que a TELEMAT foi esvaziada e que a Diretoria da Tele Centro Sul Oeste ficou em Mato Grosso do Sul, sendo que, geograficamente, poderia ficar em Mato Grosso, porque a Diretoria da Tele Centro Sul Oeste abrange Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Então, a posição geográfica melhor seria Mato Grosso e não Mato Grosso do Sul, e se ela foi para Mato Grosso do Sul, foi justamente porque lá ofereceram melhores condições. Eu falei que a Diretoria da Tele Centro Sul foi para Mato Grosso do Sul... E quanto à TELEMAT, ela foi esvaziada, sim, basta ver as demissões que aconteceram.

Então, eu quero aqui colocar que um dos fatores - a Deputada Serys Shessarenko, do PT, estava lá - que eles alegaram para a ida para Mato Grosso do Sul foi a questão do ICMS sobre a telefonia. A Diretoria alegou isso. A Deputada Serys Shessarenko estava lá. Isso não tem como negar. Muito obrigado.

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem, para restabelecer aqui uma questão.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Deputado Zé Carlos do Pátio, eu disse que V. Ex^a chegou já do meio para o fim da reunião naquela ocasião e, na verdade...

O Sr. Zé Carlos do Pátio (DE SUA BANCADA) - Eu não fui convidado.

O SR. RIVA - ...V. Ex^a não foi convidado porque não fazia parte da Comissão, e é muito claro isso. A Comissão era composta de cinco membros, e é bom dizer que ela sequer foi convocada. O Deputado Carlos Brito, que estava de plantão no recesso, foi quem recebeu o problema e levou ao Governador. O Governador perguntou ao Deputado Carlos Brito o que a Assembléia poderia fazer, então nós formamos a Comissão para dizer que a TELEMAT gerou muito mais empregos indiretos do que as demissões que ocorreram, muito mais. Isso é facilmente comprovado, inclusive pela documentação que deixaram e pela situação que está aqui.

O caso, por exemplo, dos deficientes. Todo mundo dizia que iam ser demitidos os deficientes, e agora vão ser contratados mais deficientes para o serviço de *telemarketing*, além dos que já existem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

E não existe Diretoria fixa da Tele Cento Sul. Aqui nós temos o Dr. Medeiros, que é o Diretor Institucional, o Presidente Dr. Décio, que, é bom dizer para V.Ex^a, fica muito mais tempo aqui que em Mato Grosso do Sul - ele fica dois dias por semana aqui, além de atender Acre, Paraná, Rondônia... Não existe uma Diretoria fixa, e eu acho que nós estamos discutindo uma questão totalmente banal. Os investimentos aqui foram muito maiores que em Mato Grosso do Sul, e eu falo isso porque a Assembléia Legislativa formou uma Comissão para avaliar isso, e essa Comissão... Não foi o Deputado Riva, o Deputado Carlos Brito, o Deputado Carlão Nascimento, o Deputado Moacir Pires, foi a instituição Assembléia que estava envolvida.

V. Ex^a precisa aprender a trabalhar coletivamente. V Ex^a não fazia parte da Comissão, mas estava representado por ela. Lógico que ela tem legitimidade, como todos nós estamos representados nas Comissões que se formam. Questionando ou não, em função de Regimento Interno, estamos representados! É a Assembléia Legislativa como um todo.

Eu não tiro a razão de V. Ex^a de defender que se fortaleça, cada vez mais, as instituições em Mato Grosso, mas nesse aspecto da TELEMAT/Tele Centro Sul V. Ex^a não tem razão. O Governador fez uma avaliação, o Presidente da Tele Centro Sul fez, nós fizemos, e todos nós concordamos que Mato Grosso está ganhando. Não é possível que só V. Ex^a tenha razão. Os próprios veículos de comunicação, depois de um encontro com a Tele Centro Sul, acharam que estava razoável, que, de fato, a Tele Centro Sul estava agindo com correção e com seriedade em relação a Mato Grosso.

Com relação ao ICMS, logicamente a Assembléia Legislativa está fazendo a sua parte, vai convocar uma reunião para discutir a questão do ICMS sobre telefonia e outras questões, mas é bom dizer que o Projeto foi aprovado pela Assembléia Legislativa com legitimidade, por maioria. Nós não podemos... Independente de quem estava ou não estava aqui, foi por maioria absoluta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ELIENE) - Sobre a mesa, Projeto de Lei Complementar de autoria do Deputado Carlos Brito:

PROJETO DE LEI:

Estabelece parâmetro de cálculo do ICMS e outros custos incidentes sobre o consumo de energia elétrica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 45 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º No cálculo do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica de pessoas físicas e jurídicas adotar-se-á a expressão matemática (CONS. X T X AL) : 100, onde “CONS.” refere-se ao total de unidades do produto ou serviço consumido pelo usuário em determinado período; “T”, à tarifa estipulada para o consumo, isenta de ônus de qualquer natureza; e “AL”, à alíquota do imposto incidente sobre o consumo.

Art. 2º O descumprimento do estabelecido nesta lei sujeitará o infrator à multa em valor correspondente a 10.000(dez mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, sem prejuízo de outras sanções prevista em lei.

Parágrafo único Para o cálculo da multa de que trata o *caput*, deve ser considerado o valor da UFIR vigente no 1º dia do mês em que se lavrar o auto de infração.

Art. 3º Esta lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Infelizmente, algumas vezes o aparato legal falha em seus objetivos, não cumprindo a finalidade para a qual foi estatuído. Um caso exemplar é o que vem ocorrendo com as leis que dispõem sobre o estabelecimento de impostos que incidem sobre produtos ofertados pelas concessionárias de serviços públicos. Tratam de fixar o valor das alíquotas dos tributos sem se preocuparem com a forma de calcular a real quantia a ser paga pelo contribuinte. Uma vez que esta quantidade depende não só do valor da alíquota, mas também da fórmula utilizada para se calcular o valor da contribuição, criando um vácuo legal.

Sem parâmetros previamente estabelecidos, o valor do imposto efetivamente cobrado acaba ficando a critério daquele que elabora a fórmula que vai calcular o valor devido. Resulta daí que apesar de fixada a alíquota, que é aprovada pelo Legislativo, este perde o poder de controlar o valor que efetivamente vai ser pago pelo contribuinte. Nem o próprio cidadão sabe, realmente, o *quantum* devido a cada vez que paga o tributo, já que a fórmula de cálculo pode ser alterada a qualquer momento.

Posto que num estado de direito as regras que regem as relações entre os indivíduos e/ou entidades devem ser claras, estáveis e justas, nada mais correto, portanto, que se fixe, também, através de um diploma legal, a fórmula que será utilizada para a cobrança desses impostos. Ficam, assim, estatuídos, de forma clara e inequívoca, os critérios de cobrança e restabelecida a prerrogativa de se conhecer o real valor do imposto a ser pago pelo contribuinte.

Por entendermos ser este Projeto um importante avanço no sentido do aperfeiçoamento do Estado, como também da defesa da população, esperamos contar com o incondicional apoio dos colegas para sua aprovação o mais rápido possível.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 02 de março de 2000.

Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou inscrito no Grande Expediente e pretendo falar durante os vinte e cinco minutos que nos são permitidos sobre a cidade de Várzea Grande.

Várzea Grande, sem dúvida, é uma cidade muito importante para Mato Grosso, porque se trata de uma cidade ligada a Cuiabá pelo nosso Rio Cuiabá - pela proximidade da Capital, sem dúvida, é uma cidade importante.

Eu que acompanhei o crescimento da cidade de Várzea Grande durante esses quarenta e poucos anos de minha existência, pois desde garoto acompanho Várzea Grande, lembro-me muito bem da Várzea Grande que sonhava ser uma cidade industrial, que sonhava ser um pólo de desenvolvimento industrial da Baixada Cuiabana... E por um período ela teve o nome de Cidade Industrial, mas infelizmente ficou só na sua História. Ficou na História de Várzea Grande que ela foi um dia a cidade dos sonhos de todos que gostariam que ela fosse a Cidade Industrial da Baixada Cuiabana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Vejam bem, houve o desenvolvimento num período da sua história, que nós acompanhamos muito bem... Lembro-me de quando fazíamos campanha em 1982, para Vereador, juntamente com o atual Prefeito Jaime Campos, que era candidato a Prefeito. Nós tínhamos a visão de que teríamos ao lado de Cuiabá um pólo industrial de desenvolvimento capaz de atrair de todo o Brasil, dos países da América e de outros países, investimentos para termos condições de ter uma cidade onde pudessemos gerar empregos, gerar riquezas, gerar rendas para a sua população.

Naquela época, lembro-me que fizemos um esforço incomum para que pudessemos dar uma cara nova para Várzea Grande, e foi construída a Avenida da FEB, que não tinha, era apenas a Avenida do Morro Vermelho; foi construída a Avenida Júlio Campos, que não tinha, era apenas a estrada que ia para Nossa Senhora do Livramento e Poconé. E nós fazíamos um quadro de que em Várzea Grande, sem dúvida, aportariam enormes indústrias do Sul do País, de São Paulo, do Nordeste, da região Centro-Oeste... Enfim, teríamos realmente a Cidade Industrial dos nossos sonhos. Nós acreditávamos que isso seria uma realidade.

Infelizmente, Srs. Deputados, isso não prosseguiu... Várzea Grande não se desenvolveu nesse aspecto que nós esperávamos. Várzea Grande não prosseguiu naquele sonho que todos nós tínhamos de ter a Cidade Industrial. Várzea Grande andou, diminuiu os passos e parou nessa caminhada, parou - e ainda continuamos por alguns poucos anos parados.

De repente, para nossa surpresa, Deputado Hermínio J. Barreto, e infelicidade, nós vimos esse crescimento industrial, que nós tanto queríamos, começar a cair... Começaram a ser fechadas indústrias de cerâmica, como a Cerâmica Dom Bosco, que era uma referência em Várzea Grande - e foi fechada outra cerâmica, a Cerâmica Santo André, que era uma outra referência da cidade de Várzea Grande... De repente, a Sadia Oeste, que recebeu incentivos para manter um frigorífico em Várzea Grande, que recebeu ajuda do Governo para manter emprego na cidade de Várzea Grande, a Sadia Oeste fechou o seu frigorífico, dispensou mais de quinhentos funcionários, e, automaticamente, começou o problema grave de desemprego na Cidade Industrial.

Para nossa surpresa, Srs. Deputados, outro frigorífico que abatia, Deputado Hermínio J. Barreto, em torno de oitocentas cabeças de gado por dia, o Frigopan, também fechou suas portas na cidade de Várzea Grande. A Frigo Oeste se mantinha abatendo algumas cabeças e, de repente, fechou também suas portas...

Nós tínhamos a maior concentração de serrarias da Baixada Cuiabana na cidade de Várzea Grande, a maior concentração de serrarias - nós fornecíamos, de Várzea Grande, toda a madeira serrada para a Baixada Cuiabana, Deputado Humberto Bosaipo -, e de repente nós ficamos reduzidos ao máximo de duas ou três serrarias de porte na cidade industrial. Mas de que forma eles ficaram? Nós temos o caso da Bernec. A Bernec industrializa compensados... Compensado é hoje produto de luxo, é pago primeiro para fabricar. Quer dizer, a indústria pode estar instalada em qualquer lugar, não tem problema.

Vejam os Senhores, só por cima eu já citei algumas empresas de grande porte que fecharam suas portas em Várzea Grande. Por outro lado, o comércio local enfraqueceu, enfraqueceu a tal ponto que o supermercado *Big Lar*, que era uma referência na Cidade Industrial, teve que reduzir as suas lojas em Várzea Grande e abrir duas lojas em Cuiabá - reduziu as suas lojas em Várzea Grande e teve que abrir duas lojas em Cuiabá, para garantir a sobrevivência da empresa.

A outra referência, Deputado Emanuel Pinheiro, é a Todimo, que também é uma empresa genuinamente várzea-grandense, criada ali, e teve que abrir uma grande filial em Cuiabá para manter a empresa funcionando em Várzea Grande. E, para quem não sabe, a matriz do Supermercado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Modelo é no Bairro Cristo Rei. O Supermercado Modelo só teve condições de se desenvolver e de ter hoje sete, oito lojas, vindo para Cuiabá, podendo, assim, manter em Várzea Grande a sua matriz. E por aí nós citamos vários e vários problemas que nós estamos enfrentando nesses últimos anos em Várzea Grande. Nós estamos preocupadíssimos, porque Várzea Grande não pode entrar nessa decadência econômica...

O SR. PRESIDENTE (ELIENE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Convido o Deputado Amador Tut para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO AMADOR TUT ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:47 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT) - Continua com a palavra o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Muito bem, Sr. Presidente, Deputado Amador Tut, eu continuarei na minha linha da raciocínio.

Eu vinha falando, Srs. Deputados, da preocupação que eu tenho neste exato momento, porque Várzea Grande precisa que o próximo Prefeito, seja de que Partido for, esteja de olhos abertos para esse aspecto que ocorre na nossa cidade.

Por outro lado, Srs. Deputados, nós vemos que a Cidade Industrial parou no aspecto de dar condições de lazer para os seus munícipes. Nós não temos na Cidade Industrial, que tem, aproximadamente, trezentos mil habitantes, um *shopping center* para que as famílias de Várzea Grande possam fazer suas compras. Nós não temos nenhuma área de lazer que atraia o cidadão para que ele passe o final de semana na cidade. Nós não temos, na área de esporte, nenhuma atração esportiva, nenhum estádio de futebol, para que possam aportar eventos de qualidade, que a Cidade Industrial poderia muito bem desenvolver para os seus ...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Concedo daqui a pouco, Deputado.

E nós sentimos também que estamos desperdiçando uma grande área que poderia ser utilizada no turismo, que é a margem do Rio Cuiabá, que não tem nenhum incentivo para que possa ser feito algo em prol de uma atração turística para o várzea-grandense no final de semana.

Nós temos um aeroporto e não temos uma rede hoteleira capaz de absorver os cidadãos que chegam das diversas partes do Brasil e do mundo para esta cidade. A primeira coisa que o cidadão faz ao pisar na terra de Várzea Grande é pegar um táxi, um carro, para vir a Cuiabá, porque nós não temos uma rede hoteleira capaz de absorver as pessoas que chegam de diversas partes do mundo.

Concedo com prazer um aparte a V. Ex^a, Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Benedito Pinto, V. Ex^a está fazendo um pronunciamento muito bonito, defendendo o Município de Várzea Grande, que hoje está entre os três maiores municípios do Estado de Mato Grosso, e é um município realmente pujante e que está de parabéns.

Eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Ex^a, que é um Deputado de três mandatos, foi Vereador, tem raízes em Várzea Grande. Se Várzea Grande está precisando realmente desse apoio, nada melhor que V. Ex^a, que é uma pessoa de lá, que é um Deputado do PSDB, um Deputado aliado do Governador do Estado, para ajudar o Prefeito Jaime Campos a administrar Várzea Grande.

O que eu sinto, Deputado Benedito Pinto, é que existem várias forças políticas, lá de Várzea Grande - eu que estou olhando de longe -, forças políticas como Carlos Gomes, a ex-Deputada Zilda, como V. Ex^a, quero aqui colocar, que se distanciaram de Várzea Grande, se distanciaram do Prefeito Jaime Campos, e o Prefeito, nesse momento, está num processo de isolamento. É necessário o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

apoio de V. Ex^a ao Prefeito Jaime Campos nesse momento. É necessário que a estrutura do Estado de Mato Grosso dê apoio ao Prefeito Jaime Campos, como fez o Senador Carlos Bezerra... Na semana passada, o Senador Carlos Bezerra esteve com o Ministro Eliseu Padilha, junto com o Prefeito Jaime Campos, para ver algumas questões de Várzea Grande - isso foi inclusive notícia em todos os jornais.

Então, eu acho e vejo, Deputado, que o discurso de V. Ex^a é importante e o peso de V. Ex^a é importante. V. Ex^a realmente tem que se unir com o Prefeito Jaime Campos, com Carlos Gomes, com Zilda, e fazer como eu e o Deputado Hermínio J. Barreto hoje aqui. Nós somos Deputados eleitos principalmente pela base de Rondonópolis, e estamos unidos em defesa de Rondonópolis. V. Ex^a deve fazer isso com o Prefeito Jaime Campos, porque V. Ex^a está questionando a situação de Várzea Grande, mas também tem que buscar soluções para ajudar a nossa Várzea Grande a crescer mais. Muito obrigado.

O Sr. Emanuel Pinheiro - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BENEDITO PINTO - Eu agradeço, Deputado Zé Carlos do Pátio, e quero apenas, antes de conceder a palavra ao brilhante Deputado Emanuel Pinheiro, figura importante do PFL aqui de Cuiabá, dizer como nós estamos ligados ao assunto, Deputado Zé Carlos do Pátio, e por isso estou fazendo esse pronunciamento aqui, preocupado com todos os cidadãos que moram em Várzea Grande.

Há poucos anos, para nós mantermos a Coca-Cola e o que existe da Sadia em Várzea Grande, nós tivemos aqui... A Assembléia Legislativa foi decisiva quando nós solicitamos ao Governador Dante de Oliveira que aumentasse a capacidade do PRODEI, para que tivesse condições de financiar as duas indústrias para não saírem de Várzea Grande. Isso foi feito com o empenho total aqui dos Srs. Deputados, nós aprovamos, e cada uma dessas empresas obteve do PRODEI somas acima de trinta milhões de reais para se manterem na Cidade Industrial.

Eu não estou, de forma nenhuma, criticando nenhum administrador que já passou, nem tampouco o atual administrador. Eu sei que talvez eu tenha feito um esforço sobrecomum para manter pelo menos como está, mas eu estou preocupado, e seja quem for o próximo prefeito, eu vou estar apresentando um projeto para que possamos dar a Várzea Grande novamente a realidade de uma Cidade Industrial.

Concedo, com prazer, Deputado Emanuel Pinheiro - estou observando o tempo - um aparte a V. Ex^a

O Sr. Emanuel Pinheiro - Um minuto será suficiente, Deputado Benedito Pinto, e agradeço a oportunidade.

Quero me solidarizar com V. Ex^a e dizer que estou entendendo o teor do seu pronunciamento. V. Ex^a - como brilhante Deputado que é, representante de Várzea Grande neste Parlamento, ex-Vereador por dois ou três mandatos naquele Município, foi Presidente da Câmara Municipal, Deputado pelo terceiro mandato - realmente tece um discurso futurista e preocupado com as novas gerações várzea-grandenses.

V. Ex^a também há de convir que Várzea Grande, como Cuiabá, passa por um momento, nessa virada de milênio, de profunda reflexão da sua vocação econômica e do que iremos fazer, nós, políticos atuantes, representantes do povo desse nosso aglomerado urbano, o que poderemos fazer para debater as soluções para os problemas estruturais, para o desemprego e para tantas outras aflições sociais que atingem nossa gente.

Então, eu quero me solidarizar com V. Ex^a, e V. Ex^a há de convir que o Prefeito Jaime Campos está fazendo, dentro de suas possibilidades, uma grande administração naquele

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Município, mas V. Ex^a, como Deputado, faz um brilhante discurso, já tratando, como agenda pós-Carnaval, do debate sobre o futuro de Várzea Grande e, por que não dizer, o futuro do nosso aglomerado urbano, pulmão do Estado do Mato Grosso, Cuiabá e Várzea Grande.

Então, era essa a participação que eu queria ter no seu pronunciamento e parabenizá-lo pela oportunidade do mesmo.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu agradeço ao Deputado Emanuel Pinheiro e, apenas para concluir, uma vez que nós já estamos na contagem regressiva...

Nós estamos preocupados porque nesse período, Deputado Zé Carlos do Pátio, em que nós tivemos esse problema na ordem econômica, nós tivemos um crescimento populacional na ordem de 10% ao ano. Então, o que ocorreu? Nós tivemos uma sobrecarga de problemas advindos do crescimento, muitas vezes até de uma forma desordenada, porque nesse período nós tivemos vários loteamentos, através de ações populares de pessoas que estavam em busca de um teto, de um local para se abrigar com sua família, e tiveram a necessidade de ocupar áreas que, por certo, estão sendo legalizadas, porque muitas delas estão ocupadas até hoje...

Então, enquanto nós tivemos todo esse período de uma forma decrescente na área econômica, por outro lado tivemos um crescimento populacional e, sem dúvida, hoje Várzea Grande tem em torno de trezentos mil habitantes. Um Município que tem aqui no seu quadro 125 mil eleitores, isso dois por um, já daria 250 mil. Por outro lado, há, morando em Várzea Grande, aproximadamente vinte mil eleitores de Cuiabá, e se jogarmos dois por um são mais quarenta mil habitantes. Então, nós temos hoje...

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que o Deputado Benedito Pinto dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. BENEDITO PINTO - Já estarei concluindo, Sr. Presidente.

Então, nós temos hoje aproximadamente trezentos mil habitantes na cidade. Nós precisamos, sem dúvida nenhuma, fazer um esforço incomum junto àquele que estiver à frente do município a partir do próximo ano, seja “a” ou “b”.

Neste ano, nós teremos o quadro sucessório em que naturalmente o cidadão para obter o voto vai ter que oferecer uma proposta condizente com a realidade do Município. Eu creio que o candidato a Prefeito que bater às portas na Cidade Industrial vai ter que estar com uma proposta na mão para que ele possa convencer o eleitor de que a cidade está vivendo esta realidade...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. BENEDITO PINTO - ...Nós voltaremos a este assunto, Deputado, na medida em que tivermos oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a verificasse o *quorum* para dar prosseguimento à Sessão.

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à verificação de *quorum*.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, encontram-se em plenário os Srs. Deputados Nilson Leitão, Carlos Brito, Gilney Viana, Amador Tut, Humberto Bosaipo, Carlão Nascimento, Túlio Fontes, Benedito Pinto, Emanuel Pinheiro, Zé Carlos do Pátio e Joaquim Sucena. Há onze Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT) - Portanto, como não há *quorum* para deliberação na Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem eu comecei a falar aqui a respeito da decisão do Estado de Mato Grosso do Sul em criar um Fundo Estadual de Transporte, e mantive contato com o Deputado Picarelli, de Mato Grosso do Sul, e me disse o Deputado que aquele Fundo já tem o valor estimado de mais de duzentos milhões de reais em caixa para aplicar em estradas, assim que diminuir o período das chuvas. E lá o Exército, o 9º BEC, é que vai coordenar o trabalho de recuperação de estradas. Eu sugeri ontem a membros do Governo que se disponham a fazer uma análise desse Fundo em Mato Grosso do Sul e que tentem fazer um similar aqui no Estado - e já fui informado de que este projeto já está vindo aqui para a Casa, possivelmente após o Carnaval.

E também, Sr. Presidente, eu gostaria de falar que está se procurando alterar - e é necessário que se faça isso - a estrutura organizacional e administrativa da Secretaria de Segurança Pública. Nós sabemos que em Mato Grosso, como no resto do Brasil - principalmente aqui, por ser uma região fronteiriça, além de ser uma região de investimento -, a Segurança Pública está muito aquém das necessidades do povo.

Eu estive com o Deputado Emanuel Pinheiro, no ano passado, no Palácio Paiaguás, e naquela oportunidade o ilustre Parlamentar apresentou um Projeto de Segurança ao Governo, nos moldes do que vinha se desenvolvendo no Estado do Rio de Janeiro, que é um barril de pólvora da segurança do País. E o Governador Dante de Oliveira, naquela oportunidade, remeteu esses documentos para o Secretário de Segurança e para o Conselho Estadual de Segurança Pública.

Estive com o Dr. Hilário Mozer recentemente, tratando de outros assuntos da área de Segurança, principalmente do interior do Estado, porque agora os bandidos estão indo para o interior do Estado. É muito mais fácil assaltar agências bancárias, o suporte de dinheiro inclusive é maior do que aqui da Capital... As agências bancárias, por exemplo, de Primavera do Leste e de Sapezal têm muito mais recursos do que as agências aqui da cidade, algumas delas. E lá nós discutimos amplamente a questão da Segurança.

Eu lembro bem - eu li rapidamente o Projeto do Deputado Emanuel Pinheiro - que todo o Projeto se embasava em decisões de um colegiado. Lá, o Secretário do Rio de Janeiro não decide mais sozinho a questão da segurança. A questão da segurança é distribuída no colegiado, com a co-responsabilidade de todos, inclusive no que tange à aplicação dos recursos. O Secretário não é o plenipotenciário da questão de segurança lá no Rio de Janeiro, como em outros Estados, e aqui não está sendo diferente. A idéia que se tem é criar esse Conselho e acompanhar a questão da segurança pública do Estado.

Obviamente, o Governador é o Presidente do Conselho e o Secretário de Segurança Pública é o Secretário Executivo do Conselho - e tem que ser o Secretário Executivo, porque o Secretário Executivo é o Secretário da ação executiva, é ele que comanda essas ações. E com a participação efetiva do Secretário de Justiça e Cidadania, porque estão interligadas a questão das penitenciárias com a questão da segurança, do tráfico de drogas, dos convênios com a Polícia Federal,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

até com o Exército, no combate à violência; de um Deputado Estadual, designado pela Mesa da Assembléia Legislativa... E aqui me parece ser o Deputado Benedito Pinto o representante da Casa no Conselho, quem poderia nos dizer o que foi decidido nesse Conselho, quais as providências que foram tomadas com relação à segurança do Estado, se, efetivamente, esse Conselho teve autonomia para discutir, sugerir e aplicar algum projeto... E ainda um Desembargador, designado pelo Tribunal de Justiça, poderia compor esse Conselho, no que pese a Justiça não gostar muito de participar desses Conselhos, porque eles entendem, alguns deles, há uma corrente que entende que já estariam fazendo um pré-julgamento das coisas, mas seria importante a participação efetiva do Tribunal de Justiça no Conselho, num colegiado de segurança bem amplo como esse; assim como um Procurador de Justiça, designado pela Procuradoria-Geral... Desse há necessidade, porque o Procurador, além de dar respeitabilidade, juntamente com o Desembargador, para um Conselho desse nível, pode fazer com que as coisas andem mais rápido... E um Defensor Público, porque nesses casos, principalmente em se tratando de segurança, dificilmente encontramos hoje advogados peritos na área criminal.

Eu sou bacharel em Direito, e se voltasse a advogar, Deputado Túlio Fontes, eu me especializaria em duas áreas: na criminal - e eu até andei fazendo júri, advoguei por dois anos, depois entrei na política - e na eleitoral... Infelizmente, Mato Grosso carece de profissionais. Se procurarmos, hoje, um advogado bom, especialista na área eleitoral, não acharemos, nem os da Assembléia... Aqui há quase seis mil advogados, mas se acha nesse universo dez advogados bons, em quem se pode confiar na área eleitoral, e é exatamente o mesmo na área criminal. Então, é preciso um Defensor Público, porque quase sempre os advogados não gostam de trabalhar na área criminal, que é uma área que dá pouco dinheiro.

E também um advogado representante da OAB, para dar crédito a esse Conselho; um representante do Conselho Estadual dos Direitos Humanos - eu incluiria, também, um da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, que é uma Comissão recentemente criada, da qual eu faço parte e o Deputado Gilney Viana é o Presidente -; um representante da Federação do Comércio e da Federação da Indústria...

Seria um Conselho de Segurança que pudesse estar apresentando projetos específicos nessa área e ajudando numa questão que não é só do Governo, mas de todos nós...

O Sr. Benedito Pinto - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo um aparte ao Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Deputado Humberto Bosaipo, eu ouço muito bem V.Ex^a, inclusive vai ser muito importante a sua participação nesse processo, porque V. Ex^a tem uma assessoria estudando essa matéria, e convivemos com problemas de todo o Estado.

Só para falar sobre o Conselho atual, o Governo criou, por Decreto, um Conselho Consultivo de Segurança Pública e Cidadania, do qual a Assembléia Legislativa participa com um representante - eu tive a honra de ser indicado pela Mesa Diretora, e estou fazendo parte do Conselho Consultivo.

Nós do Conselho Consultivo propusemos ao Governador que se crie um Conselho Deliberativo, através desse trabalho do Conselho Consultivo, juntamente com o próprio Governador, e está sendo estudada uma forma, Deputado Humberto Bosaipo, de esse Conselho ser deliberativo para, então, ele ter autonomia para participar desse projeto tão importante para a sociedade.

Eu creio que o Governador está imbuído das melhores intenções, porque nós teríamos a participação, uma somatória de conhecimentos e também a divisão das responsabilidades, porque a Segurança Pública realmente é um problema que todos nós, no fundo, somos responsáveis.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Então, era só para informar, e eu convido V. Ex^a para apresentar o máximo de sugestões. Nós temos essa proposta, ela tem várias falhas, que eu já constatei... Por certo, como é uma proposta para receber sugestões, vai ser muito importante a participação de V.Ex^a e de todos os Srs. Deputados.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço.

Uma das sugestões, Deputado Benedito Pinto, é que há uma falha, pelo menos nas discussões desse assunto... Por exemplo, pouquíssimos policiais, quase nenhum, da Polícia Civil e da Polícia Militar estão aptos a fazer uma investigação na área tributária. Num crime fiscal, por exemplo, o policial tem que ter o conhecimento da área tributária, senão ele vai ler, reler e não vai entender absolutamente nada.

Então, é necessário que haja uma especialização. V. Ex^a pode levar essa idéia para o Conselho. Isso é uma das áreas...

O Sr. Emanuel Pinheiro - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Já ouço o Deputado Emanuel Pinheiro.

...É uma das áreas em que o policial civil e militar pode ter um aperfeiçoamento, primeiro na área tributária, para acompanhar os crimes fiscais, que são comuns... Agora estão usando uma palavra nova: “clonagem” de notas fiscais!... Antigamente era fotocópia de notas fiscais, agora é “clonagem”.

Então, que os peritos policiais e criminais possam entender um pouco da area tributária - é a primeira sugestão, mas vou fazer outras.

Ouçó o Deputado Emanuel Pinheiro.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Deputado Humberto Bosaipo, mais uma vez V.Ex^a discorre sobre um tema importantíssimo e faz um brilhante pronunciamento. Pena que vários colegas Deputados tenham faltado, para poder junto com V. Ex^a debater um tema palpitante, e V. Ex^a, como o maior líder desta Casa, está sabendo levantar o debate e torná-lo público para a participação de todos os colegas.

Ontem, V. Ex^a discorreu sobre o ecoturismo, hoje sobre o problema da violência que realmente está assolando o Estado de Mato Grosso e, em especial, a nossa Capital. O *Midianews*, esta semana, colocou Cuiabá como a terceira Capital proporcionalmente mais violenta do País, perdendo apenas para Recife e Vitória, o que é um dado humilhante e um dado altamente negativo, inclusive para a venda do potencial turístico do nosso Estado - isso afugenta turista, afugenta qualquer tipo de novos investimentos.

Eu quero agradecer pela recordação dessa nossa audiência com o Governador do Estado, que, infelizmente, não teve o devido apoio da imprensa, uma das reuniões mais produtivas, em que um Deputado da Oposição, acompanhado de líderes do Parlamento da envergadura do Deputado Humberto Bosaipo e do Deputado Pedro Satélite, levou uma proposição concreta para se combater a violência urbana na Capital do Estado e no nosso aglomerado urbano.

Recebi uma resposta imediata do Secretário Hilário Mozer, dizendo que gostou muito da nossa iniciativa e que iria... Inclusive, isso coincidia com vários pontos que ele já havia colocado para o Governo do Estado, e V. Ex^a coloca isso muito bem, com muita propriedade, defendendo isso que chamamos de modernidade na segurança pública. A consciência de que não vai ser um xerife, um salvador da pátria, ou um grande herói que vai resolver o problema da segurança pública na nossa cidade, no nosso Estado, e sim uma conscientização, capitaneada pelo Estado, de que a segurança é um problema da sociedade. Temos que envolver todos os segmentos da sociedade para participarem desse debate sobre a segurança pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

No Rio de Janeiro, o Governador Anthony Garotinho, baseado na teoria da “janela quebrada”, do prefeito de Nova Iorque, lançou um projeto audacioso, chamado “Rio Segurança Máxima”, projeto no qual nós nos inspiramos para apresentar ao Governador o Projeto “Cuiabá Cidade Segura”.

Eu agradeço a V. Ex^a e, logo após o Carnaval, nós vamos dar uma continuidade a esse debate, quando eu quero apresentar aos colegas a nossa idéia, a nossa sugestão, e debater com V. Ex^{as}.

E o Deputado Humberto Bosaipo, mais uma vez, brilha ao levantar um tema importantíssimo, e sem sombra de dúvida, não podemos nos omitir, em especial aqui em Cuiabá, com tantos índices de mortes violentas, assassinatos cruéis, sacrificando pais de família e sacrificando diversas famílias na nossa cidade e na nossa região.

Quero também, Deputado, ao finalizar, dizer a V. Ex^a que eu apresentei nesta semana, e quero contar com o seu apoio, um Projeto de Lei que cria o Conselho Estadual das Vítimas da Violência Urbana. É um Conselho que vai, sem sombra de dúvida, chamar a atenção da sociedade, das autoridades, para aqueles que são mais prejudicados pela ação violenta, que são as vítimas da violência, aquelas famílias que perderam os pais assassinados brutalmente, aqueles que ficaram com algum tipo de trauma, seja ele emocional ou físico. Ou seja, vamos buscar dotar o Estado de condições para amparar as vítimas da violência urbana.

Conto com V. Ex^a e quero parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento que V. Ex^a profere nesta manhã.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço ao Deputado Emanuel Pinheiro, que vai ter o meu voto favorável ao Projeto, que certamente vai preencher uma lacuna nesta área.

Mas, vejam só...

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que V. Ex^a dispõe de apenas três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu peço para usar o tempo do PFL, se possível, por mais quinze minutos...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - O PFL solicita a palavra, pela Liderança e, em seguida, nós a concedemos ao Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT) - Continua com a palavra, por mais quinze minutos, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço.

Só para complementar o aparte de V. Ex^a, Deputado Emanuel Pinheiro, eu observei aqui que a Secretaria de Justiça está implantando o serviço de irrigação na Penitenciária Agrícola de Palmeiras. Indagando ao nosso ex-Deputado Hermes de Abreu, nosso ilustre colega e Secretário, qual o destino dos recursos adquiridos com a venda dos produtos agrícolas, ele me respondeu que parte desse recurso volta para o bem-estar da Penitenciária e outra parte para o preso, para a família do preso. Eu, então, propus ao Secretário Hermes de Abreu estudar isso com muito carinho, porque metade desse recurso deveria ser destinado para a família da vítima, tem que ser para a família da vítima!... Nós vimos que ontem assassinaram um taxista e pensamos: e a família do taxista? Então, o preso tem que produzir 50% para o Estado, 25% para a família dele e 25% para a família da vítima. Eu inclusive estou pedindo que a minha assessoria jurídica faça um trabalho neste sentido.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00
HORAS.

Eu vou visitar duas penitenciárias no interior de São Paulo - parece-me que já há uma aplicabilidade se não em dinheiro, pelo menos em produtos para a família da vítima. Isso seria estimular para que o preso, inclusive em nível de arrependimento de consciência, fique mais tranqüilo, Deputado Túlio Fontes.

Ora, às vezes um cidadão é obrigado a praticar um ato e não está em sã consciência, ou está nervoso - no fundo ninguém quer tirar a vida do outro -, mas há os elementos que a sociedade abomina, e esses elementos têm que trabalhar para o sustento da família da vítima. Talvez seria, no Direito Penal Brasileiro, na criminologia ... Daria uma repercussão neste País se adotássemos isso de Norte a Sul. Cometeu-se um crime, tirou-se uma vida, o preso tem que trabalhar e parte desse recurso tem que ser destinado à família da vítima.

E, Deputado Benedito Pinto, veja só a importância de se colocar neste Conselho um Defensor Público, um representante dos Direitos Humanos e também da nossa Comissão, e de um membro do Poder Judiciário, por exemplo, na desocupação de áreas invadidas, na desobstrução de garimpos, tão comuns no Estado. Ora, o direito substantivo é aplicado imediatamente, com o oficial de justiça e com a polícia, se não sai por bem, eles tiram à força, mas a presença do Defensor Público, do representante do Poder Legislativo, da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos Estadual e de todo esse colegiado pode dar um direcionamento diferente, inclusive na desocupação da área e na desobstrução de garimpos. Evitando-se o quê? Violência, corrupção... Há casos de corrupção no cumprimento de mandado judicial, e há sempre caso de corrupção, protelação...

Com um colegiado como esse, tendo um representante do Poder Legislativo, nós estaremos discutindo aqui os problemas específicos das diversas regiões, porque o policiamento na grande Capital tem que ser ostensivo, pertinente, intermitente, tem que ser graduado. Nós temos que ter especialistas aqui em todas as áreas, na área de suicídio, em que o sujeito sobe num prédio, o sujeito quer pular lá de cima, causar um transtorno para a população... É preciso ter policiais especializados, é preciso ter conhecimento nas áreas tributária e ecológica...

Hoje, o crime ecológico exige do policial, principalmente do policial da Polícia Florestal, um conhecimento maior de fitologia e de botânica. Na área da piscicultura, por exemplo, eu vejo a apreensão de pescado pelos fiscais do INDEA, acompanhados dos policiais militares, algumas vezes de forma irregular, apreensões irregulares - e V. Ex^a sabe disso - por falta de conhecimento da ictiologia local.

Então, um Conselho desse nível na área de segurança é extremamente abrangente, porque nós temos um outro grave problema que se chama crime contra a adolescência e o crime infanto-juvenil, a prostituição juvenil. E o Juizado de Menores não especializa o seu corpo administrativo e fiscalizador, porque não tem recursos para isso. Eu já tive a oportunidade de ver, e eu acho que alguns colegas também, diversas pessoas desqualificadas exibindo a carteirinha de Agente de Menor. V. Ex^{as} já viram isso! No meu mandato de Deputado, estou no terceiro mandato, várias pessoas já vieram me pedir aquela carteirinha do Juizado de Menor, só porque com ela têm livre trânsito em qualquer lugar, sem saber da responsabilidade que ele tem na mão.

Então, não se combate a violência apenas com repressão. É preciso fazer um trabalho nas escolas. E é preciso discutir aqui, Deputado Carlão Nascimento - V. Ex^a que vai ser Secretário de Estado -, não incluir na grade curricular, porque exige votação do Conselho Estadual, tem uma exigência do MEC, mas se incluir permanentemente nas escolas estaduais palestras com os clubes de serviços, como *Rotary*, *Lions*, maçonaria, igrejas, entidades governamentais e não governamentais,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

pessoas interessadas, Polícia Federal, discussões permanentes sobre a violência, inclusive sobre o comportamento estudantil.

A questão do trânsito, que V. Ex^a avançou muito com a implantação da Escola de Trânsito, que para mim foi uma novidade!... Uma das grandes idéias do DETRAN foi a Escola de Trânsito!

Agora, o que precisa na decisão colegiada é se fazer, Deputado Benedito Pinto, V. Ex^a que é o nosso representante, avaliações constantes. É preciso que o Conselho se reúna constantemente e avalie projeto por projeto para saber onde está se avançando na questão.

O Secretário de Segurança me disse uma coisa interessante... Ele me disse que o Exército não permite comprar - o Exército - coletes à prova de balas para os policiais, a não ser por um fabricante nacional, que tem o monopólio dos coletes. Ele conseguiu recursos na ordem de cem mil dólares nos Estados Unidos para adquirir coletes, mas tem dificuldade porque o Ministério das Relações Exteriores e do Exército não permitem que os coletes entrem aqui no Estado, porque certamente deve haver um truste por trás, para garantir o monopólio da venda dos coletes à prova de balas aqui, internamente, no País. E o que isso ocasiona? Eu perguntei há quanto tempo o Secretário de Segurança trabalha no sentido de liberar esses coletes à prova de balas, e ele me disse que há aproximadamente dois anos... Faça uma estatística lá no Conselho, Deputado, como representante nosso, de quantos policiais já morreram em combate por falta de colete.

São questões que se o Brasil, o Ministério da Justiça, o Ministério do Exército resolverem acionar com força, nós vamos certamente aliviar a maioria dos cargos de Segurança.

Um outro aspecto, na discussão do Plano Plurianual... Eu tive a oportunidade de ler, via *Internet*, o Plano Plurianual Nacional, de ler o Orçamento Geral da União, inclusive para saber como atuavam os nossos Parlamentares, Senadores e Deputados Federais, quais as regiões que eles estavam contemplando com recursos do Orçamento. Não se tem recurso para a área de Segurança do País, devia se criar um Ministério, um Ministério da Segurança mesmo. Nós não temos!

O Deputado Túlio Fontes é da região fronteira, da divisa seca com a Bolívia, nós temos dois quartéis do Exército na região, e as pessoas assaltam carretas na porta do Exército. Se for falar com o Comandante do Exército, ele diz que isso não é atribuição do Exército. Outro dia, eu estava lá na região, o sujeito assaltou um carreteiro, deu um tiro e acertou uma criança de um ano na porta do quartel!... De forma, que é preciso discutir e rediscutir essa questão...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu já concedo um aparte a V. Ex^a.

É preciso fazer o acompanhamento dos projetos, Srs. Deputados, para se saber onde o projeto está avançando e onde está recuando, porque podemos criar tudo isso que nós estamos falando, mas, se não tiver o acompanhamento adequado...

Ouçó o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu gostaria de colocar a V. Ex^a que na minha opinião não deveria existir um Ministério somente para a Segurança Pública, deveríamos, sim, rediscutir o papel do Exército e do Ministério da Defesa, porque o Exército defende a soberania nacional e a Secretaria de Segurança Pública e o Ministério da Segurança Pública defendem a segurança interna. E quando existe o narcotráfico, inclusive na região de Cáceres, eu pergunto: Essa é uma questão de segurança ou é uma questão de soberania? Eu acredito que essa seja uma questão de soberania, até porque nós estamos vendo que estamos perdendo forças para os narcotraficantes no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Cuiabá.

É necessário que o Exército cumpra um outro papel, porque o papel que ele vem cumprindo hoje não está tendo uma função social para o País. Estão tirando, inclusive, o Exército da área de engenharia - o batalhão de engenharia, que faz estradas, pontes -, a Infantaria, a Artilharia, as comunicações, setores do Exército que não cumprem suas funções. Eu já fui oficial do Exército, artilheiro, e lamentavelmente, até hoje, nós estamos atirando com obuseiro 105mm, da 2ª Guerra Mundial. Eu acho que o Exército tem que rediscutir o seu papel.

Então, eu quero dizer a V. Ex^a que os assaltos a carretas na região de Cáceres são uma questão de soberania e o Exército tem que participar.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço a contribuição de V. Ex^a.

E, voltando ao assunto, por exemplo, na área de Segurança Nacional, Deputado Benedito Pinto, nós temos que ter no Departamento de Inteligência da Polícia a polícia para vigiar a própria polícia - nós temos que ter esse Departamento.

Está ocorrendo um outro fato interessante... Em conversa com alguns entendidos da área, eles me disseram que há também a questão das empresas de segurança privada, que promovem o terrorismo para vender serviço. Agora, por que nasce empresa de segurança da área privada? É exatamente porque a Segurança Pública abre essa brecha. Isso não deveria ser permitido! Nos moldes em que é permitido agora, não deveria.

A questão dos guardas de trânsito... Guardas de trânsito não podem usar arma, Deputado Benedito Pinto. Eles têm que ser educados para não usar armas. Em qualquer lugar, guarda de trânsito não pode usar armas, ainda mais num clima de quarenta graus na cabeça, diariamente.

Na Legislatura passada, houve um Parlamentar que o guarda simplesmente arrancou o revólver e atirou no carro dele. Já nesta Legislatura o guarda mostrou o revólver para outro Parlamentar, não reconheceu o Parlamentar, estava numa motocicleta e de capacete, foi preciso ele se impor - sabe-se lá o que o guarda iria fazer...

Nós vimos aqui um guarda de trânsito que matou uma pessoa na porta do Banco Bradesco, numa discussão de autoridade - se podia parar, se não podia parar... Um guarda de trânsito, nervoso, deveria estar com o salário atrasado, baixo, que é outra questão séria... As áreas vitais do Governo - segurança, educação e saúde - têm que ter tratamento, no que pese a Constituição, mas tem que ter tratamento especial, porque exige mais do funcionário, e essa é uma questão que no Congresso Nacional tem que ser rediscutida. O Congresso Nacional, na Constituinte de 88, encheu a Constituição de deveres, mas obrigações foram muito poucas.

Outra área em que falha muito a segurança é a área da imprensa. As Polícias Civil e Militar têm que investir na área de jornalismo qualificado, senão o jornalismo só vai mostrar o lado podre mesmo, o lado do sensacionalismo. Ora, virou coqueluche no País montar programa de polícia, falar de morte, de assalto... Essa é a maior coqueluche, inclusive projetando pessoas do meio jornalístico para a área política, porque as polícias não investem num jornalismo qualificado. É preciso ter um departamento, inclusive para mostrar os bons feitos das polícias, para reverter essa imagem de que o policial é uma ameaça para nós. O policial tem que ser visto como o contrário, nós temos que ver o policial como uma pessoa de bem, como uma pessoa que dá segurança.

Eu tenho uma criança de cinco anos que quando falam: “Olha a polícia...”, ela já fica preocupada, porque passam... Hoje se assiste ao *Globo Repórter*, tem um da Rede Globo agora que só trata disso, o *Linha Direta*, aí se vai na Record, aí se vai nos programas locais, é só questão policial aflorando, com crimes, com roubos, com estupros, e isso vai infestando a cabeça das pessoas. É falta de se investir em profissionais de jornalismo na estrutura das polícias.

Observe os projetos que chegam aqui do Governo. Eles não atendem a área de jornalismo. Eu estava discutindo aqui, no ano passado, a reestruturação da EMPAER, da Secretaria de Agricultura, e perguntei: E a área de jornalismo? Ela é importante para a conscientização, porque, voltando ao assunto da Secretaria de Agricultura, se se vai trabalhar com o meio ambiente, fala-se: “Não, aqui é FEMA”; aí você fala: “Não, aqui é INDEA”... “Não, aqui é EMPAER”... Você fica nesse triângulo e acaba não resolvendo absolutamente nada, por quê? Falta uma estrutura jornalística séria.

Os Governos inventaram as SECOMs, Secretarias de Comunicação Social, que centralizam na pessoa, Deputado Amador Tut, de um secretário as ações jornalísticas de um Governo, o que é errado, porque tem que descentralizar as informações. A SECOM seria uma captadora de informações, e na generalidade ela mandaria distribuir para todos os lados.

Agora, essa questão da segurança, por exemplo, a questão da ouvidoria, é preciso ter ouvidoria na Polícia, ouvidoria em que o policial possa sentar com o ouvidor e falar: “Olha, está ocorrendo isso, isso... Nós precisamos dar um direcionamento novo para essa questão...”. Não há uma ouvidoria nas polícias e o nível de preparo dos policiais é muito baixo, muito baixo!

Então, essa questão da segurança, ilustres Deputados, se discute em todo o Brasil! Eu vi recentemente, em Várzea Grande, o Prefeito lançando a Guarda Mirim...

O Sr. Emanuel Pinheiro (DE SUA BANCADA) - Guarda Municipal.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Aliás, a Guarda Municipal, me corrige aqui, em boa hora, o Deputado Emanuel Pinheiro.

E tenham plena certeza de que o Prefeito Jaime Campos está trazendo um dos problemas mais sérios para as costas dele. Ele está tirando a responsabilidade do Estado e trazendo para ele. O primeiro problema que tiver na área da segurança vai cair na cabeça do prefeito, em que pese a idéia dele ser excelente, ele poderia criar o Conselho Comunitário de Segurança.

O Conselho Comunitário de Segurança...

(A SR^a DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - ...Estou aqui dando uma idéia para o plano de governo de V. Ex^a. Com certeza, V. Ex^a vai apresentar isso em seu plano de Governo.

Esse Conselho de Segurança Comunitário dividiria com a comunidade a responsabilidade com a área de segurança. Agora, criar uma guarda municipal é um assunto muito sério. Primeiro, vai exigir recursos para treinamento... Essa guarda municipal tem que ter treinamento do Exército, das polícias especializadas, porque vai trabalhar com a comunidade. Se colocar uma guarda municipal despreparada, vai puxar todos os problemas que tiver para a sua cabeça. Agora, espero que dê certo, porque é uma iniciativa para se tratar da segurança pública, mas eu temo, temo muito por isso, porque eu ainda não vi guarda municipal dar certo. Não vi! Jânio Quadros tentou em São Paulo e não deu certo. Pelo contrário, lá o guarda, agora, para ir ao trabalho, leva o uniforme, Deputado Carlão Nascimento, dentro da sacola, com medo de ser reconhecido. Ele só veste o uniforme militar quando sai em grupo - no Rio de Janeiro, em São Paulo, nos grandes centros, eles têm medo!

Essas eram algumas considerações que eu queria fazer sobre segurança.

E quero voltar aqui para falar sobre o salário do Ministério Público Federal. Eu quero vir aqui falar sobre esse tema, porque quando se fala em salário de Deputado, de Prefeito e de Vereador toda a imprensa e inclusive eles vêm com quarenta metralhadoras no nosso peito. Agora estão aí, ameaçando uma greve nacional para ter um teto mínimo de seis mil reais, em contrapartida o salário mínimo, hoje, não chega a cem dólares - no máximo a cem dólares estão querendo chegar. E essa questão, eu quero debater com V.Ex^{as} aqui, a questão do salário do Ministério Público e dos juízes

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MARÇO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

federais. Quero trazer essa discussão aqui, inclusive dos juízes estaduais, porque é uma questão que eu estou vendo ser escamoteada, ser tratada de leve, inclusive com ameaças ao Presidente da República, mas eu vou voltar a falar neste tema aqui de segurança, Sr. Presidente. Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - É o suficiente.

Inclusive, eu estou fazendo um trabalho no sentido de poder dar uma contribuição efetiva como membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Casa ao projeto de segurança do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (AMADOR TUT) - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Carlos Brito, Carlão Nascimento, Riva, Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal: Emanuel Pinheiro e Joaquim Sucena; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shlessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (PSDB), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS) e Túlio Fontes (PSDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Baú, Pedro Satélite e Rene Barbour, do PSDB; Moisés Feltrin, do PFL; Silval Barbosa, do PMDB; José Carlos Freitas (LICENÇA), do PPB, Romoaldo Júnior (EM MISSÃO OFICIAL), do PPS, do Bloco Parlamentar Socialista.

Informo que, por decisão da maioria dos Srs. Deputados, a próxima Sessão será no dia 14 de março, no horário regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.

Conferida por Regina Céli Arruda.